



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO N° 54/2023

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **PAULO RENATO BARTZ HARTWIG – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.448.880/0001-29, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 1741, Canguçu/RS, CEP: 96600-000, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Paulo Renato Hartwig, brasileiro, portador do CPF: 013000120-13, residente e domiciliado na cidade de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato visa contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar da rede municipal de ensino, para atender a rede municipal de ensino conforme consta no **Pregão Eletrônico nº 09/2023**, na seguinte escola:

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO MUNICIPAL 20 DE SETEMBRO

VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:

01 ÔNIBUS, placas IMR 8141, 57 passageiros – ano 2005, modelo 2005

01 ÔNIBUS, placas CVP 6091, 41 passageiros – ano 2004, modelo 2004

MOTORISTAS:

PAULO RENATO BARTZ HARTWIG

LUIZ CARLOS ROSSELI DA SILVEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O preço do serviço contratado é de **R\$ 7,20** (Sete Reais e Vinte Centavos) por quilômetro, num total de até **155 Km/dia** para a Escola Municipal de Ensino Fundamental 20 de Setembro.

2.2. O pagamento será realizado através da quilometragem efetiva apurada através do equipamento tacógrafo, apresentada pela empresa ao diretor (a) da escola, em planilha diária.

2.3. O pagamento será efetuado contra empenho, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme serviço prestado durante o mês, mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada das devidas planilhas.

2.4. Todas as notas fiscais emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão a fim de se agilizarem os trâmites de liberação do documento fiscal para pagamento.

2.5. A contratada deverá apresentar, no vencimento de cada parcela, como condição para recebimento destas, todas as Certidões previamente solicitadas de acordo com o 10.1.2 Regularidade Fiscal e trabalhista do edital.

2.6. Nos pagamentos realizados após a data do vencimento, incidirão juros de 0,5 (meio por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice do IPCA do mês anterior, pró-rata die, desde que o atraso seja superior a 30 (trinta dias).

CLAUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 A descrição completa referente a prestação dos serviços está descrita no edital e anexo V.

3.2 A previsão para a prestação dos serviços de transporte escolar ocorrerá de acordo com o calendário escolar 2023, com previsão de 10 meses letivos.

ITINERÁRIO



3.3 Cumprir os horários determinados pelas Escolas e fixados pelo Município, de maneira que nas Escolas Projeto Educação do Campo os alunos ou funcionários estejam presentes na escola até as 8h 30 minutos, e nas demais Escolas até as 07h30 minutos para o turno matutino e para os do turno vespertino às 12h e 45 minutos, com retorno somente após o término das atividades escolares, exceto casos excepcionais autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;

3.4 O serviço de Transporte Escolar deverá começar e terminar nas datas previstas do Calendário Escolar Municipal, devendo ser ofertado também nos eventos previstos;

VEÍCULO

3.5 Possuir, obrigatoriamente, seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;

3.6 Cumprir as Portarias e Resoluções Federais, Estaduais e Municipais;

3.7 Possuir registro como veículo de passageiros;

3.8 O veículo deverá submeter-se as inspeções técnicas determinadas pelo Município com o devido acompanhamento do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes,

3.9 O veículo deverá possuir pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm (quarenta centímetros) de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, em letras maiúsculas, na tipologia Arial, com altura da letra de 28 cm (vinte e oito centímetros). No caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas deverão ser invertidas;

3.10 O veículo deverá possuir, em funcionamento, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafo);

3.11 O veículo deverá possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

3.12 O veículo deverá possuir cintos de segurança em número igual à lotação;

3.13 Os veículos deverão estar sempre limpos e em condições de segurança;

3.14 Deverá ter afixado a autorização para conduzir escolares na parte interna do veículo em local visível, com inscrição da lotação permitida;

3.15 Deverá ter extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico de quatro quilos, fixado na parte dianteira do compartimento destinado a passageiros

3.16 A vida útil dos veículos escolares passa a ser limitada em:

- a) 20 anos para veículos tipo ônibus;
- b) 15 anos para veículos tipo micro-ônibus, vans e topics;
- c) 10 anos para veículos tipo vw kombis;

CONDUTOR

3.17 Os condutores do Transporte Escolar deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.

a) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

b) ser portador da Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D" ou "E";

c) ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

d) comprovar a aprovação em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

e) apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 5 anos;

f) o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias e as demais exigências legais;

g) outras exigências da legislação de trânsito

3.18 Tratar com cordialidade e respeito pais, alunos e a comunidade escolar.

3.19 Ser pontual;

3.20 Portar todos os documentos do veículo e do motorista, incluindo a Carteira Nacional de Habilitação e a Carteira do Curso de Conductor de Escolares;

3.21 Manter o veículo em perfeitas condições de uso, segurança, conforto e higiene.

3.22 Trafegar em condições seguras, ou seja, respeitando a sinalização e a velocidade permitida nas vias.

3.23 Respeitar a capacidade de passageiro permitida do veículo;

3.24 Não permitir que o veículo seja conduzido por pessoas não autorizadas.;

3.25 Não transportar passageiros em pé;



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

4.2 O contrato terá vigência a partir do início do ano letivo presencial 2023 por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

4.2.1 As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/93 e 10520/2002.

4.3 A contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Unidade contratante em até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

4.4 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 São obrigações do MUNICÍPIO

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se o mesmo está seguindo todas as exigências contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal e demais documentos solicitados pela Municipalidade, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 São obrigações da CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- a) Prestar serviço adequado, na forma prevista no Edital da Licitação e demais anexos;
- b). Manter em dia o licenciamento dos veículos do Transporte Escolar, bem como a vistoria veicular;
- c) Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;
- d) Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária e às instalações utilizadas como apoio aos serviços prestados;
- e) Zelar pelas condições plenas de segurança e higiene dos veículos, bem como segurá-los adequadamente, na forma prescrita pelo Município;
- f) Observar os roteiros e horários determinados pelo Município, inclusive quando houver alteração dos mesmos, durante a vigência do contrato;
- g) Participar de reuniões de trabalho, bem como submeter os condutores a cursos e treinamentos, quando determinados pelo Município;
- h) Cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do CONTRAN e as demais normas aplicáveis ao Transporte Escolar;
- i) Responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados à União, Estado e Município, ou a terceiros, comprometendo-se a acatar as leis e regulamentos, quer existentes, quer futuros.
- j) As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pelos prestadores de serviços serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o Município;
- k) Salvo por expressa disposição em contrário, constante em processo licitatório, é vedada a subcontratação do serviço de Transporte Escolar;
- l) Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;
- m) Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;
- n) Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;
- o) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- p) Cumprir os horários determinados pelas Escolas e fixados pelo Município;
- q) Iniciar os serviços na data apazada;
- r) Não conduzir escolares em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;
- s) A empresa deverá substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de



forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço. Devendo o fato ser imediatamente comunicado ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;

t) A empresa terá 48 horas para fazer o conserto do veículo, e dependendo do problema apresentado, a mesma fará um laudo técnico relatando o problema que deverá ser protocolado e analisado pelo ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e o prazo poderá ser estendido, caso contrário, sofrerá as sanções cabíveis;

u) Em caso de substituição do motorista apresentado no processo licitatório, antes de sua atuação no transporte, terá que ser aprovada a substituição pelo Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;

v) Cumprir todas as exigências contidas no Regulamento do Transporte Escolar do município de Canguçu.

x) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, por meio das Fiscais do Transporte Escolar do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura e demais secretarias, bem como pelas equipes diretivas das escolas, Conselho Municipal de Educação e ainda pelo Conselho de Pais e Mestres.

NOME DO FUNCIONÁRIO: DAIANE ROSA DE MELO MATRÍCULA: 89630

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato será rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

I - no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93, alterada, pela Lei 8.883/94;

II - no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

III - quando ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução ao contrato ou para nele prosseguir;

IV - se a Contratada transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante;

V – em caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução da Contratada, ou, ainda, na hipótese de alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E PENALIDADES **INFRAÇÕES**

8.1. Consideram-se infrações leves, imputadas ao contratado ou condutor do Transporte Escolar, puníveis com notificação escrita e multa de prevista no contrato:

a) Utilizar veículo fora da padronização;

b) Fumar ou conduzir acesos cigarros e semelhantes;

c) Conduzir o veículo trajado inadequadamente;

d) Omitir informações solicitadas pela Administração;

e) Deixar de fixar em local visível, a autorização de inspeção semestral do DETRAN para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

f) Deixar de comunicar à Administração as alterações de endereço e telefone do contratado.

8.2. Consideram-se infrações médias, imputadas ao contratado ou condutor do Transporte Escolar, puníveis com advertência escrita e multa prevista no contrato.

a) Extintor de incêndio violado ou vencido;

b) Pára-brisa ou vidros trincados;

c) Objetos soltos dentro do veículo (materiais de limpeza, etc.);

d) Com o dístico ESCOLAR, fora do padrão;

e) O não cumprimento dos horários determinados pela escola - atraso superior a 10 minutos;

f) Se o veículo não possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

g) Não manter os veículos limpos;

h) Cintos de segurança inoperantes (presos ou com defeito);

i) Assentos soltos e sem condições de uso;



- j) Problemas elétricos (sinalização);
- k) Tacógrafo não aferido;
- l) Sem estepe;
- m) Sem borracha de pedal;
- n) Desobedecer às orientações da fiscalização;
- o) Faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;
- p) Abastecer o veículo, quando estiver transportando passageiros;
- q) Deixar de realizar as vistorias no prazo estabelecido;
- r) Realizar o transbordo de passageiros sem a prévia autorização do responsável pelo Núcleo de Transporte Escolar ou sem motivo de força maior; Embarcar ou desembarcar alunos em locais não autorizadas pela Administração;
- s) Desobedecer às normas e Regulamentos da Administração;

8.3. Consideram-se infrações graves, imputadas ao contratado ou condutor do Transporte Escolar, puníveis com notificação escrita e multa de prevista no contrato:

- a) Condutor do veículo sem CNH e sem curso do transporte escolar;
- b) Veículo sem condições de trafegabilidade (pneus com desgaste inferior a 1,6mm, previsto na resolução 558/80 do CONTRAN; sem retrovisores; sem cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; sem laudo de inspeção técnica; problemas mecânicos);
- c) Não possuir seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;
- d) Utilizar Motorista não cadastrado no Núcleo do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, ou com licença vencida;
- e) Transportar produtos inflamáveis dentro dos veículos;
- f) Utilizar veículo sem o rastreador eletrônico – GPS, equipamento principal utilizado para apurar a quilometragem diária;
- g) Utilizar veículo sem o Tacógrafo - equipamento complementar utilizado para apurar a quilometragem diária;
- h) Descumprir as Portarias, Resoluções e o Regulamento do Transporte do Escolar do município;
- i) Desacatar funcionário público - (Art. 331 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40);
- j) Não possuir registro como veículo de passageiros;
- k) Não submeter os veículos a inspeções técnicas determinadas pelo Município e de acordo com as Ordens de Serviço n. 002/97 e n. 018/97 do DAER;
- l) Não afixar a autorização para conduzir escolares na parte interna do veículo em local visível, com inscrição da lotação permitida;
- m) Conduzir escolares em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;
- n) Deixar de substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço. Devendo o fato ser imediatamente comunicado ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
- o) Deixar de cumprir todas as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;
- p) Alterar ou rasurar, a autorização de inspeção semestral do DETRAN para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança ou documentos exigidos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária;
- q) Confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente habilitados ou autorizados pela Administração;
- r) Transportar passageiros não autorizados pela Administração;
- s) Trafegar com portas abertas;
- t) Conduzir veículos com imprudência ou negligência;
- u) Negar a apresentação dos documentos à fiscalização;
- v) Trafegar com veículos em condições mecânicas que comprometam a segurança;
- w) Veiculação de publicidade de natureza político partidária ou que interfira negativamente na educação dos usuários, incluídos os sistemas de sonorização e/ou audiovisual.

8.4. Consideram-se infrações gravíssimas, imputadas ao contratado ou condutor do Transporte Escolar, puníveis com advertência escrita, multa prevista no contrato e rescisão contratual.

- a) Deixar de operar os roteiros sem motivo justificado pelo período superior a 01 (um) dia letivo;



- b) Colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo justificado;
- c) Conduzir veículos sob efeito de bebida alcoólica, com visíveis sintomas de embriagues, atestados pelo uso do bafômetro ou por termo testemunhal, independentemente do nível de alcoolemia, ou sob efeito de drogas ilícitas ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos;
- d) A perda das condições técnicas ou operacionais para manter o serviço com as condições de segurança;
- e) Operar com veículos que não contém os requisitos legais para o transporte de escolares;
- f) Conduzir veículos sem a habilitação e os demais requisitos exigidos para o transporte de escolares;
- g) Assediar sexual ou moralmente os usuários do Transporte Escolar;
- h) Conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários;
- i) A prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a Administração Pública ou a prestação dos serviços públicos.

PENALIDADES:

8.5 Após ser constatado pelo Núcleo de Transporte Escolar através de fiscalização in loco, denúncia ou relato dos usuários do transporte escolar qualquer das infrações acima mencionadas, será emitida notificação à empresa para que seja sanada a irregularidade no prazo de 24h, não ocorrendo a regularização será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 10% do valor no pagamento mensal.

8.6 Quando da realização de fiscalização por parte do setor de transporte escolar se o fiscal atender a ocorrência de alguma situação que represente risco aos alunos poderá ser determinada a interrupção do serviço. No caso de 2 notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será encaminhado Processo Administrativo.

8.7 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
- c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- i) A empresa contratada, poderá ter seu contrato rescindido, caso não preste os serviços de acordo com as exigências da municipalidade, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar.

8.8 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

8.9 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

9.1.1 Recursos oriundos MDE, FUNDEB e PNATE

Órgão	Ficha	Projeto atividade	Elemento despesa
Secretaria Municipal de Educação	3067	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
Esportes e Cultura	3201	2406	3.3.90.39.32.00.00.00



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

	3203	2406	3.3.90.39.32.00.00.00
	3202	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
	3199	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
	3197	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
	3198	2404	3.3.90.39.32.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 09/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/1993 e suas alterações e Lei 10520/2002, Lei 10024/2019 e pelas normas do direito administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

CANGUÇU/RS 03 de Março de 2023.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO RENATO BARTZ HARTWIG – ME
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0D00-6AE5-FCF3-5651

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PAULO RENATO BARTZ HARTWIG (CPF 013.XXX.XXX-13) em 06/03/2023 15:34:34 (GMT-03:00)
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 07/03/2023 09:46:16 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 07/03/2023 16:09:05
(GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/0D00-6AE5-FCF3-5651>